

---

## **A Inclusão e o Ensino Superior**

Cristiane de Moura Leite Takemoto

Fonoaudióloga, Mestre em Linguística - Faculdades Integradas São Pedro - FAESA

---

**ISSUE DOI: 10.5008/1809.7367.007**

---

### **RESUMO**

Este artigo discute questões atuais, como diversidade, acessibilidade e inclusão no contexto da educação, referentes ao ensino superior, partindo de dados objetivos, como o percentual de pessoas com deficiências na população brasileira, o desabafo de professores despreparados para lidar com a situação das necessidades educativas especiais em sala de aula e a urgência de acolhida dos estudantes que chegam ao ambiente acadêmico depois de árdua caminhada, trazendo consigo a expectativa de uma formação que lhes assegure autonomia e espaço no mercado de trabalho. Durante a exposição do tema, são consideradas as perspectivas de alunos com deficiências e necessidades educativas especiais bem como de professores do ensino superior em um cenário de mudanças paradigmáticas. Defende a necessidade de programas de formação continuada que possibilitem aos docentes a devida articulação entre o ensinar e o aprender e reafirma a educação como processo inconcluso, atribuindo a cada um dos atores em cena o papel de sujeito ativo, protagonista de uma obra aberta, a obra do porvir.

Palavras-chave: Diversidade. Acessibilidade. Inclusão. Ensino superior.

### **ABSTRACT**

This article intends to discuss current issues as diversity, accessibility and inclusion in the context of education referring to higher education, starting from the objective datas such as the percentage of people with deficiencies in Brazilian population, the unprepared teacher's complaints to deal with the situation of special educative needs in the classroom and urgency of accepting students whose gets into the academic environment after the arduous journey, bringing with them the expectation of education ensuring them autonomy and space in the labor market. During the exposure of theme are considered the perspectives of the students with deficiencies and special educative needs as well as teachers of higher education in a scene of paradigmatic changes. The conclusion defends the need of continued education's programs that allows to the teaching the due articulation between the teaching and the learning and reaffirms education as unconcluded process, assigning each one of the actors the role of active subject, an open work's protagonist, the work of the future.

Keywords: Diversity. Accessibility. Inclusion. Academic education.

## A INCLUSÃO E O ENSINO SUPERIOR

No exercício docente, a interação com a diversidade é premissa fundamental. Nesse contexto profissional, o diálogo com as diferenças constituintes da heterogeneidade humana pressupõe receptividade e flexibilidade. Diante da singularidade do outro, é de fundamental importância olhar para as necessidades do sujeito, para suas possibilidades de desenvolvimento e de inserção social, tomando essas referências como ponto de partida para projetos e planos de ensino.

Diversidade remete a questões muito amplas e complexas. Implica lidar com o eclético leque de tipos humanos, considerando, entre outros, aspectos de natureza étnica, de valores socialmente estabelecidos ou até de empatia. A diversidade humana vai além, podendo se apresentar também pelas limitações físicas, cognitivas ou sensoriais. Nesses casos, interagir com o que Sassaki (2003) recomenda chamar de pessoas com deficiências demanda, em contrapartida, uma proporcional diversidade de ações também complexas e, em alguns casos, inusitadas.

Até pouco tempo atrás, em virtude da falta de recursos e de expectativas, era bastante limitado o contingente de pessoas com necessidades educativas especiais a atingirem o nível superior de formação acadêmica. Hoje, embora ainda sejam escassos os estudos objetivos sobre o assunto, alguns dados já sinalizam o crescimento dessa população.

De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), existem, atualmente, no mundo, cerca de 500 milhões de pessoas com deficiências, sendo 25 milhões de brasileiros. Tomando-se esses números, seria possível afirmar que aproximadamente 14% da população brasileira é constituída de cidadãos com algum tipo de deficiência ou limitação. O que o censo não comenta é a deficiência da sociedade para desenvolver estratégias de superação das diferenças convenientemente agrupadas sob o rótulo de deficiências.

No que diz respeito aos aspectos legais, a legislação brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo, porém, na prática, não se pode ainda afirmar que a pessoa com necessidades educativas especiais tem seus direitos de acesso ao conhecimento e ao processo de formação para a autonomia socialmente legitimados.

Ao longo dos anos, o conceito acerca das necessidades especiais evoluiu, fazendo com que o estigma diminuísse ao passo em que aumentava inserção social do sujeito com deficiência. Ora excluída pelas credices, ora protegida por uma visão assistencialista que a considerava incapaz, a pessoa com deficiência passou de tolerada no convívio social, de acordo com a proposta da integração, a aceita entre os demais, como sujeito incluído e ativo no processo de construção da própria história.

Esse novo cenário fez com que a acessibilidade, um dos meios de viabilização da inclusão e da preservação da cidadania, tenha se tornado um assunto muito discutido no ambiente acadêmico, principalmente nas instituições onde há um compromisso com a educação de qualidade, baseada em mais oportunidades de construção do conhecimento e comprometida com o futuro da sociedade. O termo acessibilidade surge como uma possibilidade de preservação dos direitos do sujeito deficiente, da eliminação de barreiras

que limitem tanto sua aproximação física quanto sua conquista do conhecimento, ao mesmo tempo em que visa à melhor funcionabilidade da pessoa com deficiência.

Entre as medidas de acessibilidade previstas para o processo de educação inclusiva, encontram-se aquelas que contemplam questões arquitetônicas, as que priorizam a instalação de equipamentos e programas adequados à singularidade do usuário, as que facilitam seu acesso à informação e as que promovem a adaptação de conteúdos como estratégia para o desenvolvimento de habilidades e para a construção de novas competências, garantindo, assim, a aprendizagem e o desenvolvimento do cidadão. Todas essas medidas têm como propósito assegurar às pessoas com necessidades educativas especiais o acesso a uma formação acadêmica que possibilite sua autonomia no mercado de trabalho e uma melhor condição de vida.

Ao mesmo tempo, a acessibilidade convida os docentes a um contínuo movimento de busca pelo que Ferrazo (2005) chama de redes de “fazeressaberes”, tecidas no cotidiano das salas de aula e partindo de dificuldades práticas para a procura pelos fundamentos teóricos que poderão nortear sua atuação.

A acessibilidade faz parte, portanto, de um vasto rol de instrumentos concebidos para facilitar as relações de convivência previstas no que Tapia (1993) chamou de ecologia humana. Em sua obra, esse autor propõe o desenvolvimento da ética e do respeito à condição humana como caminhos para a conquista da harmonia social. Atualmente, muito se tem falado sobre ecologia, preservação da vida no planeta e sobre os efeitos do desrespeito e da negligência ao meio ambiente. Contudo é oportuno lembrar que, desde o século passado, ecologia deixou de ser uma expressão de vanguarda para ocupar um espaço real na vida do cidadão comum.

A ecologia humana visa à conscientização da sociedade em geral e ao treinamento sistemático de alguns grupos específicos para a diminuição das distâncias entre os indivíduos. Essa linha de pensamento soma-se ao dialogismo das relações sociais e à teoria da complexidade para nutrir os fundamentos da educação inclusiva. Segundo Cláudia Werneck (1997), idealizadora da *ONG Escola de Gente* e autora de livros sobre o assunto, incluir não é tolerar ou integrar, mas, sim, contemplar todas as condições inerentes à diversidade humana, contribuindo para o bem comum. Nesse sentido, a ecologia humana trata pessoas como ecossistemas simultaneamente delicados, complexos e demandantes de atenção.

Em um país tão cheio de diferenças e com tantos centros de estudos como é o Brasil, essa linha de pensamento ganha força. Aqui, educação inclusiva já não é novidade para muitos, entretanto a resistência de alguns profissionais despreparados e inseguros dificulta uma ruptura com o modelo retrógrado e ultrapassado, retardando a superação definitiva de um paradigma antigo. Em certos redutos mais restritos, como a academia, a situação pode ficar ainda mais conturbada e, para que se avance na democratização das condições de ensino-aprendizagem, é preciso lembrar que, assim como é heterogêneo o grupo de alunos, é também bastante diversificado o grupo dos docentes, integrado por educadores e professores embasados pelas teorias mais distintas.

Em outras etapas da educação formal, já se podem perceber progressos. Embora ainda não esteja presente em todas as escolas, na educação infantil, o conceito de inclusão vem sendo trabalhado e muitos educadores mostram-se aptos à interação com a criança

deficiente. De certa forma, o foco na estimulação ao desenvolvimento psíquico e sensório-motor e na realização de atividades voltadas para a rotina cotidiana deixa a criança com necessidades educativas especiais, de certa forma, mais próxima das demais crianças. Além disso, segundo Mantoan (2001), o professor da escola inclusiva não precisa ser especialista em educação especial. O importante é que seja receptivo e flexível às especificidades de cada aprendiz.

No ensino fundamental, grandes avanços foram feitos. Tem sido amplamente divulgado o direito de acesso do deficiente ao ensino regular, embora haja ainda preconceito, despreparo e discriminação. Paralelamente, cresce o número de deficientes auditivos, visuais e alunos com limitações cognitivas leves, matriculados em escolas públicas e privadas. Nessa fase da educação, talvez a maior dificuldade seja a falta de informação e o reducionismo atávico das pessoas que integram a comunidade escolar. Não obstante, a cada dia se pode perceber o aumento da quantidade de pessoas com necessidades educativas especiais que concluem mais essa etapa da educação formal.

No ensino médio, a situação fica um pouco mais complicada, visto que a educação brasileira prioriza a aprovação no vestibular e muitos deficientes, assim como outros tantos ditos “normais” não conseguem acompanhar o ritmo frenético da compactação de conhecimentos, frustrando-se diante de um sistema de ensino, este sim, anormal, se comparado com as tendências educacionais ao redor do mundo, entendendo-se aqui o conceito de normalidade como pertinente ao aspecto quantitativo do público demandante. Outro obstáculo é a formação do professor do ensino médio, mais centrada em áreas específicas e menos sensíveis às peculiaridades de cada estudante. Ainda assim, há a possibilidade de profissionalização do sujeito com deficiência e a viabilização de seu ingresso no mercado de trabalho, fatores que podem vir a equilibrar essa equação.

A grande novidade dos últimos anos tem sido a chegada dos estudantes com deficiências, vitoriosos em suas lutas diárias, no ensino superior. A quantidade desses discentes é cada vez maior e o perfil pedagógico (ou não) dos docentes pode se tornar uma barreira à conquista do que, para muitos, seria a batalha final. Daí a importância de reconhecer as legítimas expectativas de cada um e começar a pensar a acessibilidade nos cursos de graduação como base para o livre trânsito do acadêmico em questão na condição de cidadão do mundo.

No terceiro grau, o compromisso com a formação profissional faz com que as dificuldades aumentem de forma significativa. Entram em ação colegiados constituídos por profissionais das mais diversas áreas. Muito competentes em seus conhecimentos específicos. Alguns, seria de se supor, aptos por formação ao ensino do aluno com necessidades educativas especiais, outros nem tanto. Contudo o que se pode observar, na prática, é que a imensa maioria dos docentes do terceiro grau, independente da área de procedência, não sabe o que fazer nem como agir quando encontra em suas salas de aula alunos com deficiências.

É verdade, no entanto, que muito se cobra do professor, mas, como brada Adriana Thoma, coordenadora do Núcleo de Apoio Acadêmico da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), “[...] ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos” (2001). É preciso, todavia, entender que não se pode, de forma alguma, regredir no processo de evolução da educação nem na expectativa de superação de limites implícitos neste alunado. Diante dos paradoxos de ser professor e não saber como ensinar, desejar o saber e se sentir excluído

por seus detentores, o conflito se instaura. Então, os estudantes com necessidades educativas especiais tomam a dianteira e abraçam a lei para garantir não apenas sua chegada a universidades de todo o País, mas, principalmente, seu direito a uma educação de qualidade, com a apropriação de conteúdos específicos da área escolhida e a construção das competências necessárias ao futuro desempenho profissional.

A todas as dificuldades já mencionadas vem se juntar o que Morin (2000) chama de cegueiras do conhecimento. Ou seja, docentes capazes e bem informados sobre muitos assuntos mostram comportamento pueril rejeitando o desconhecido e recuando em frente às primeiras interações ineficazes. Sabem pouco sobre seu interlocutor e, num movimento de autopreservação, esquivam-se das dúvidas e se superprotegem dos receios por não saber como lidar com a diversidade em sala de aula, em alguns casos, transformando-a em adversidade acadêmica.

No cenário acima descrito, sem a ingenuidade das soluções rápidas nem dos apriorismos prescritivos, convidamos o leitor a algumas reflexões: como promover a aprendizagem significativa e a efetiva transformação da deficiência em eficiência pela educação do sujeito? Qual a metodologia que melhor atende às necessidades de cada tipo de deficiência? Como selecionar conteúdos fundamentais e elaborar planos de ensino? Como avaliar o aluno com deficiência e prepará-lo para a vida profissional?

Certamente não existem fórmulas prontas, mas é preciso considerar o papel de cada uma das partes envolvidas nesse contexto. Por essa perspectiva, caberia ao docente a busca por novos conhecimentos e a posição ativa nos projetos de acessibilidade das instituições nas quais trabalham. Ao estudante com necessidades educativas especiais, por sua vez, a compreensão da complexidade do novo paradigma, a flexibilidade e tolerância aos eventuais descompassos do processo e a efetiva participação na construção da educação inclusiva no ensino superior. Todavia nenhum avanço será possível sem o engajamento das instituições no sentido de reconhecer a importância de programas de formação continuada que possam nortear as ações docentes e assegurar a aprendizagem do acadêmico com deficiência.

Assim, fica evidente a necessidade de um trabalho conjunto, envolvendo instituições, docentes e acadêmicos, no sentido de preparar o ensino superior para tornar-se acessível além das rampas e dos programas digitalizados. Até onde foi a pesquisa para realização deste trabalho, foram encontrados muitos autores engajados nessas discussões e na solução dos impasses que permeiam o tema. Porém as ações efetivas têm sido tímidas e pontuais.

Dessa forma é preciso investir em ações que possam conscientizar a coletividade e mobilizar inclusive aqueles que não estão diretamente envolvidos nessa causa, conquistando uma nova atitude para a comunidade de graduação, a partir da articulação entre questões teórico-práticas e do intercâmbio de entre diferentes experiências.

Pelo exposto, fica o convite aos integrantes da comunidade universitária a uma revisão do próprio papel neste enredo. Não há mapas disponíveis, mas uma sugestão é conhecer melhor dois fios fundamentais nesse tear da educação inclusiva: o professor e o aluno. Cada um deles com sua textura e com o matiz que a própria experiência lhe deu, cada qual com sua disponibilidade e com suas lacunas, em busca de êxito nesse processo. É preciso entender também que, algumas vezes, o caminho se faz caminhando e que, por mais que

seja cômodo esperar e atribuir à responsabilidade a terceiros, para chegar adiante, é preciso dar o primeiro passo em direção ao outro.

Nesta caminhada rumo ao futuro da educação acadêmica, especial destaque terão as instituições de ensino superior. Algo mais, algo além de medidas previstas para a acessibilidade da pessoa com necessidades educativas especiais. É preciso uma pitada a mais de receptividade, visão empreendedora, criatividade, seriedade e valorização de cada pequena conquista. Seria muitíssimo bem-vinda também uma inspiração aristotélica em defesa da ética na educação e a atitude vygotyskyana de promoção da aprendizagem a partir das relações interpessoais. Na prática, isso se traduz por novas formas de olhar a diversidade humana e inesgotáveis programas de formação que possam apoiar a constituição de um arcabouço teórico-prático capaz de subsidiar as relações de ensino-aprendizagem. Dessa forma, poder-se-ia acolher o estudante com deficiência e construir junto com ele uma nova realidade para a educação superior.

A educação inclusiva, portanto, não pretende criar uma igualdade fictícia na heterogeneidade constitutiva de qualquer grupo social, mas sim promover o respeito às diferenças e à singularidade do sujeito, tenha ele necessidades educativas especiais ou não. Para isso, é preciso estar atento à diversidade humana e iniciar o projeto de acessibilidade com um sorriso confiante e acolhedor. Como diz Santos (1995), “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”.

Com essa proposta, faz-se urgente despertar, no ambiente do ensino superior, o apreço pela educação inclusiva, a aceitação das peculiaridades de cada um defendendo direitos de todos, o enfrentamento das incertezas e o aproveitamento das possibilidades de transformação da realidade. A inclusão no ensino superior precisa ser tratada como movimento incondicional e irrevogável, sucessora da integralidade de práticas educativas diferentes e articuladas para alcançar uma educação para todos. Só assim os membros da comunidade acadêmica poderão buscar novos saberes, fazendo ampliar os horizontes das relações de ensino-aprendizagem.

Finalmente, deixamos aqui a mensagem de Paulo Freire, na qual o mestre diz que “[...] a condição humana fundante da educação é precisamente a inconclusão” (FREIRE, 1996, p. 162). Assim, entendendo a educação como processo sempre infinito, fica o convite à construção da inclusão no ensino superior pela acessibilidade desejada, pelo enfrentamento das dificuldades e pela contínua busca por soluções. Entre tantas dúvidas, destacar-se-ão aqueles que abraçarem uma certeza: o que for feito com prazer trará resultados significativos e duradouros. Assim será construído o porvir.

## REFERÊNCIAS

CHICON, José Francisco. **Educação especial: fundamentos para a prática pedagógica.** Vitória: EDUFES – CEFD, 2004.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores e currículo.** São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000. Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)> Acesso em: 22 julho 2007.

MANTOAN, Maria Teresa. **O direito de ser, sendo diferente na escola.** Artigo publicado pela Procuradoria Geral da República, editado em 2001. Disponível em: <[www.pgr.mpf.gov.br](http://www.pgr.mpf.gov.br)>. Acesso em: 8 jun. 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Entrevistas com o professor Boaventura Souza Santos.** Disponível em: < [www.dhi.uem.br/jurandir/jurandir-boaven](http://www.dhi.uem.br/jurandir/jurandir-boaven)> Acesso em: 2 maio 2007.

SASSAKI, Romeu. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: RNR, 2003.

TAPIA, Juan José. **O prazer de ser: a essência da ecologia humana.** Rio de Janeiro: Editora Gente, 1993.

THOMA, Adriana. **A inclusão no ensino superior: isso certamente exige uma política especial.** I Seminário Acessibilidade, tecnologia e inclusão digital. São Paulo, 28 a 29 agosto de 2001.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.